

**Pesquisas sobre políticas para Educação Infantil:
memória bibliográfica, base de dados e epistemologia***

**Research on Early Childhood Education policies:
bibliographic memory, database and epistemology**

**Investigaciones sobre políticas para Educación Infantil:
memoria bibliográfica, base de datos y epistemología**

Ademilson de Sousa Soares**

 <https://orcid.org/0000-0002-4056-1203>

João Marcelo dos Santos Pereira***

 <https://orcid.org/0000-0003-0390-2037>

Paola de Castro dos Santos****

 <https://orcid.org/0000-0002-9846-1184>

Resumo: Este artigo insere-se no campo da pesquisa sobre pesquisas e apresenta reflexões que buscam aproximar epistemologia, memória bibliográfica e base de dados, na compreensão das pesquisas sobre políticas para Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica no Brasil. O conceito de política é mobilizado para examinar as pesquisas sobre as políticas educacionais voltadas ao atendimento da primeira infância e para problematizar, de um ponto de vista epistemológico, a consistência dos aportes teóricos e metodológicos adotados pelos/as pesquisadores/as dessa área de estudo. Como resultado da análise de autores/as e textos mais citados na base de dados, indicam-se três campos conceituais: estudos mais gerais que contribuem para pesquisas em políticas para a infância, como Barroso (2005) e Mainardes (2006); estudos que investigam políticas para atendimento às crianças, tais como Kramer (1995) e Rosemberg (2002); e estudos sobre políticas para a Educação Infantil, como Campos (1994) e Barreto (2003). Nos três campos conceituais, a discussão e o aprofundamento da análise a partir do Enfoque das Epistemologias da Política Educacional (EEPE) revelaram-se pertinentes e adequados.

Palavras-chave: Políticas. Educação Infantil. Memória Bibliográfica. Base de dados. Epistemologia.

* A pesquisa conta com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (PRPq/UFMG) e da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior (Capes).

** Professor Associado do Departamento de Administração Escolar (DAE) da Faculdade de Educação da UFMG; professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFMG e integrante do Núcleo Estudos e Pesquisas e em Infância e Educação Infantil (NEPEI-FaE-UFMG). E-mail: <paco@fae.ufmg.br>.

*** Mestrando em Educação pelo PPGE/UFMG e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPEI-FaE-UFMG). E-mail: <jonymarcel@hotmail.com>.

**** Mestranda em Educação pelo PPGE/UFMG e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Infância e Educação Infantil (NEPEI-FaE-UFMG). E-mail: <paoolacs13@gmail.com>.

Abstract: This paper falls within the research field on research and introduces reflections that seek to bring together epistemology, bibliographic memory, and database in the comprehension of research on Early Childhood Education policies as the first stage of Basic Education in Brazil. The concept of policy is mobilized to analyze education policy research focusing on early childhood care and to discuss, from an epistemological point of view, the consistency of the theoretical and methodological contributions adopted by researchers in this area of study. As a result of the analysis of authors and texts most cited in the database, three conceptual fields are indicated: broader studies that contribute to research in early childhood policies, such as Barroso (2005) and Mainardes (2006); studies that investigate policies for childcare, such as Kramer (1995) and Rosemberg (2002); and studies about policies for Early Childhood Education, such as Campos (1994) and Barreto (2003). In all three conceptual fields, the discussion and in-depth analysis from the Epistemologies of Education Policy Approach (EEPA) showed to be both relevant and adequate.

Keywords: Policies. Early Childhood Education. Bibliographic Memory. Database. Epistemology.

Resumen: Este artículo se inscribe en el campo de la investigación sobre investigaciones plantea reflexiones que buscan aproximar epistemología, memoria bibliográfica y base de datos, en la comprensión de la investigaciones sobre políticas para Educación Infantil como primera etapa de la Educación Básica en Brasil. El concepto de política es movilizado para examinar las investigaciones sobre las políticas educativas orientadas a la atención de la primera infancia y para problematizar, desde un punto de vista epistemológico, la consistencia de los aportes teóricos y metodológicos adoptados por los/as investigadores/as de esta área de estudio. Como resultado del análisis de autores/as y textos más citados en la base de datos, se indican tres campos conceptuales: estudios más generales que contribuyen a la investigación sobre políticas para la infancia, como Barroso (2005) y Mainardes (2006); estudios que investigan las políticas para la atención de los niños, como Kramer (1995) y Rosemberg (2002); y estudios sobre políticas para la Educación Infantil como Campos (1994) y Barreto (2003). En los tres campos conceptuales, la discusión y profundización del análisis a partir del Enfoque de las Epistemologías de la Política Educativa (EEPA) se revelaron pertinentes y adecuados.

Palabras clave: Políticas. Educación Infantil. Memoria Bibliográfica. Base de datos. Epistemología.

Introdução: aproximando metapesquisa, memória bibliográfica e base de dados

Este trabalho sobre as pesquisas em políticas para a Educação Infantil inscreve-se no campo da metapesquisa e busca aproximar a construção de memória bibliográfica e a organização de uma base de dados¹. Para isso, foi decisivo o diálogo com a o Enfoque das Epistemologias da Política Educacional – EEPE (TELLO, 2012; TELLO; MAINARDES, 2015) bem como com a proposta de Mainardes (2018). Este artigo faz parte de estudo mais amplo que busca mapear e analisar como os pesquisadores do campo dos estudos da infância articulam questões referentes a teorias, métodos e conceitos. A problematização das epistemologias das pesquisas sobre criança, infância e Educação Infantil, provocada no processo de pesquisa, surgiu a partir dos trabalhos de Rocha (1999, 2010) e buscou dialogar com a memória das pesquisas sobre as políticas para a Educação Infantil. A base de dados² organizada entre os anos de 2006 e 2016 está composta por todas as referências bibliográficas utilizadas em dissertações e teses; e em artigos publicados em

¹ Estamos cientes de que a aproximação proposta exige, além do levantamento de dados já realizado, uma maior discussão sobre a base epistemológica das pesquisas em si e dos autores e textos mais citados na memória bibliográfica catalogada. A problematização dos pressupostos epistemológicos dos estudos sobre política requer, segundo Mainardes (2018), reflexões mais profundas sobre as relações entre verdade, poder e subjetividade, no sentido de explicitar as teorias adotadas, as estruturas econômicas e as bases discursivas utilizadas para compreender as políticas para a Educação Infantil. Esse aprofundamento garante consistência teórica e coerência epistemológica para as pesquisas desenvolvidas.

² Essa base de dados está sendo atualizada com os trabalhos apresentados, defendidos e publicados entre 2017 e 2020. Observação: no lugar da expressão “banco de dados”, passamos a adotar a expressão “base de dados”, pois consideramos que a palavra “base”, que nos remete à casa e à arquitetura, tem mais a ver conosco do que a palavra “banco”, que nos remete a assento individual e a balcão para comercializar dinheiro.

revistas (*Qualis* A1) e trabalhos completos apresentados nas Reuniões Anuais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), totalizando 1.697 textos selecionados e arquivados, com um total de 48.108 referências citadas pelos pesquisadores que estudam criança, infância e Educação Infantil. A análise dos textos mais citados sobre políticas para Educação Infantil que integram a base de dados possibilita identificar perspectivas epistemológicas, posicionamentos epistemológicos e enfoques epistemológicos (MAINARDES, 2018), contribuindo para o avanço das pesquisas sobre a temática estudada.

As pesquisas sobre políticas para a Educação Infantil, de acordo com Alves e Côco (2018), revelam nos embates acadêmicos disputas ideológicas concretas e observadas em diferentes instâncias da ação política: no povo, no Estado e nas organizações. Posições abertamente assumidas e posições silenciadas circulam e se mostram na pesquisa e na vida. Quando se debate, por exemplo, o direito das crianças ao atendimento educacional em instituições públicas organizadas para esse fim diferentes posições se manifestam na demanda concreta das famílias, na necessidade vivenciada pelas crianças, nas iniciativas de gestores públicos municipais, estaduais e federais, na configuração das instituições e no provimento de profissionais que garantem e efetivam esse direito. A complexidade do ciclo de políticas, tal como apontada por Ball (2006), exige a proposição de análises que considerem a multiplicidade dos sujeitos envolvidos com as políticas para a Educação Infantil. Essas análises, realizadas durante o processo de pesquisa, apontam posições teóricas mais ou menos assumidas ou veladas e indicam decisões que influenciam a construção dos dados e a escrita do trabalho acadêmico. O importante nesse sentido “[...] é adquirir e desenvolver um conjunto de ferramentas teóricas que funcionem, que sejam úteis, que tenham poder em relação àquilo que você está tentando entender” (TELLO; MAINARDES, 2015, p. 167).

O aprofundamento da análise das pesquisas em política educacional visando o aperfeiçoamento das ferramentas teóricas, de acordo com Flach (2020), pode ser fortalecido a partir das contribuições do pensamento do filósofo italiano Antonio Gramsci. No caso da ação política e da pesquisa em política, mais até do que em outro campo da vida social, é imperiosa a compreensão da realidade com vistas à transformação do mundo. Nenhum conhecimento é produzido sem a influência das lutas e das contradições inerentes à sociedade capitalista em que vivemos. “O campo da política educacional é complexo e evidencia interesses diversos, e desvendar tais interesses é um dos objetivos do pesquisador, o qual se mostra nos resultados das pesquisas científicas” (FLACH, 2020, p. 16). Nesse sentido, de acordo com a autora, pressupostos essenciais devem ser assumidos sem que eles se tornem amarras metodológicas. A radicalidade das categorias teóricas gramscianas permite ultrapassar o tempo histórico a partir do exame de fatos passados e apontar possibilidades futuras.

Rosa (2020) argumenta, a partir do aporte marxiano, que é importante aprofundarmos os níveis de abstração e as possibilidades de operacionalização e de correlação das categorias metodológicas na análise dos acontecimentos para além de suas formas fenomênicas. Nessa perspectiva, a teoria é fundamental para a compreensão da natureza histórica das determinações e das contradições da realidade das políticas educacionais no contexto do capitalismo nacional e internacional, considerando as inúmeras influências que os objetos de estudo carregam em si no processo de produção do conhecimento. Quando temos em mãos um arcabouço teórico, podemos superar a superficialidade de nossas abordagens com mais chance para compreendermos os temas que investigamos no contexto da totalidade social e histórica. “Exercício árduo, porém, importante, a máxima compreensão e a apreensão do constructo epistêmico e teórico-metodológico da perspectiva marxista” (ROSA, 2020, p. 12). As políticas educacionais não estão isoladas do contexto dos estudos do papel do Estado na produção e na reprodução capitalista, e isso requer a compreensão das relações sociais, políticas, históricas, culturais e econômicas. A apreensão da

totalidade dos fenômenos sociais possibilita interpretarmos a ação e a atuação de diferentes sujeitos no processo de formulação das políticas para a educação.

Para o estudo e a análise das políticas em si mesmas, partimos do pressuposto de que teorias, métodos e conceitos estão associados, e isso exige fundamentação e posicionamento epistemológico. Assim, no tema das políticas para a Educação Infantil, é preciso, inicialmente, conceituarmos política para analisarmos as bases epistêmicas de autores/as e de textos mais citados na produção mapeada. A política deriva de escolhas racionais ou responde a demandas de classes, grupos e/ou atores sociais? Não há uma única resposta para essa questão. Segundo Ball (1994), o significado que atribuímos à política “[...] afeta como pesquisamos e como interpretamos o que encontramos” (BALL, 1994, p. 15). Souza (2006), por sua vez, enfatiza que a política é um campo de conhecimento que “põe os governos em ação” e que busca analisar essa ação. Quando necessário, a política, como variável dependente, propõe mudanças e busca resultados. Dessa forma, a definição de política que assumimos tem impacto na análise e na compreensão que produzimos.

Nesta pesquisa, a partir das palavras “criança”, “infância” e “Educação Infantil”, foram buscados, arquivados e catalogados artigos científicos, dissertações, teses e trabalhos completos da ANPEd entre os anos de 2006 e 2016 disponíveis *online*. Copiamos e organizamos uma lista geral de todas as referências utilizadas nas pesquisas. Em seguida, elencamos todos/as autores/as e textos que abordam as políticas para a Educação Infantil. Neste trabalho, apresentamos apenas os/as autores/as e os textos mais citados pelos/as pesquisadores/as. A metapesquisa pode revelar tanto temas emergentes como abordagens teóricas e metodológicas hegemônicas, permitindo a identificação de perspectivas, posicionamentos e enfoques epistemológicos no campo de estudo analisado.

Os/as autores/as mais citados/as foram agrupados/as em três campos conceituais: 1) no campo das políticas para a infância, os/as autores/as mais citados/as analisam a regulação e a intervenção do Estado na educação; sistematizam o conhecimento na área, discutindo as interfaces entre as políticas de Estado e a gestão das ações políticas educacionais; problematizam programas e políticas e apresentam um panorama histórico das políticas para a infância; 2) no campo conceitual das políticas para o atendimento às crianças, os/as autores/as mais citados/as problematizam modelos de políticas públicas para o atendimento às crianças no Brasil e no mundo, evidenciando a articulação entre pesquisa, política e prática em torno de uma Pedagogia da Infância; e 3) no campo conceitual das políticas para a Educação Infantil, os/as autores/as mais citados/as discutem as políticas em âmbito Federal e defendem a efetivação do princípio do regime de colaboração entre os entes federados; analisam a política de formação profissional nos anos de 1990 nos cursos de pedagogia e normal superior; e defendem a participação democrática na formulação das políticas para a Educação Infantil.

O exame das opções teóricas e epistemológicas das pesquisas sobre as políticas para Infância e Educação Infantil, bem como a análise das características e tendências das pesquisas, se beneficiam do EEPE, conforme Tello e Mainardes (2015) e Mainardes (2018) Uma pesquisa sobre pesquisa aponta **paradigmas** e orientações para a produção do conhecimento que podem ser nomeadas como positivistas, marxistas, interpretativas, plurais, heterogêneas etc. Já a problematização da **perspectiva** assumida pode revelar as opções teóricas mais gerais, tais como marxismo, estruturalismo, pós-estruturalismo, feminismo, pluralismo, estudos decoloniais, dentre outras. Quando indagamos sobre o **posicionamento** epistemológico e político, podemos encontrar posturas mais radicais, mais ou menos críticas, pós-críticas, neoliberais, empiristas, jurídico-institucionais, reformistas, reprodutivistas etc.

O conceito de política e as pesquisas sobre políticas educacionais

As pesquisas sobre pesquisas em políticas para a Educação Infantil possibilitam analisar as teorias assumidas e o significado dessas teorias no avanço dos estudos e das práticas no campo da Infância e da Educação Infantil³. Por isso, é necessário esclarecer o conceito de política com o qual trabalhamos. Segundo Ball (1994, p. 15, tradução nossa), os significados ou o significado que atribuímos à política “[...] afeta como pesquisamos e como interpretamos o que encontramos”. Assim, a forma como concebemos e nos apropriamos da política influencia a forma como interpretamos e pesquisamos as políticas, as políticas públicas e as políticas educacionais. Stremel (2017) aponta que, enquanto na língua portuguesa há um único termo para referirmo-nos à política, na língua inglesa os termos são vários *polity*, *politics* e *policy*. A definição assumida indica os componentes conceituais, mas *polity* possui um sentido mais abrangente e é empregado para tratar do sistema político geral. O termo *politics* diz respeito ao embate que culmina do choque de interesses e relaciona-se ao exercício da atividade política. Podemos entender *politics* como atividades que abarcam interesses, tensões, diálogo, negociações, visando aglutinar interesses com o objetivo de impactar os resultados de determinadas decisões legais. O termo *policy* diz respeito às ações governamentais, compreende estratégias, planejamentos e adoção de determinadas medidas.

Assim, é fundamental, no processo de análise sobre as pesquisas que abordam as políticas públicas para a Educação Infantil, questionarmos qual é a compreensão que o/a pesquisador/a tem de política, política pública e política pública educacional. Os/as autores/as que sustentam a relevância do exame e da análise do EEPE sugerem uma postura contrária à neutralidade da produção de conhecimentos nesse campo de pesquisas.

A concepção que temos da política educacional gera uma pressuposição sobre a pesquisa em política educacional e, neste sentido, o EEPE propõe a não neutralidade da produção de conhecimentos em política educacional e das diversas construções subjetivas que realiza o pesquisador sobre seu objeto de estudo. (TELLO; MAINARDES, 2015, p. 158).

Uma concepção de pesquisa inclui pressupostos que nos posiciona no debate em torno da investigação proposta e indica o enfoque e a perspectiva assumida. A produção de conhecimento não é neutra e expressa construções subjetivas sobre o objeto de estudo em questão. Quando não evidenciamos um posicionamento epistemológico, corremos o risco de cair na superficialidade da abordagem e na fragilidade teórica que pode gerar uma produção meramente descritiva e pouco analítica, marcada por dogmatismo ou por ecletismo epistemológico. Entre posições rigorosamente fechadas ou excessivamente abertas, Tello e Mainardes (2015) indicam fronteiras e limites necessários à investigação sobre política educacional que nos permitem reconhecer que, nas conclusões de nossas pesquisas, há relevantes “verdades produzidas” que decorrem dos posicionamentos epistemológicos assumidos e que são diversos e plurais.

Entre aqueles que investigam as políticas públicas, há diversos aportes teóricos, variados modelos analíticos e muitas tipologias específicas de pesquisa. No entanto, o dilema central que mobiliza os pesquisadores dessa temática pode ser formulado por meio da seguinte pergunta: A investigação deve se concentrar na análise do papel do Estado (modelo europeu) ou se dedicar ao exame das ações dos governos (modelo norte-americano)? Essa pergunta pode também ser formulada de outra forma: Uma política deve ser uma política de Estado ou depende das opções e/ou ações dos governos? Independentemente da resposta que assumamos para tais indagações, é

³ O objetivo deste artigo é apenas esboçar, a partir do EEPE (TELLO; MAINARDES, 2015), um possível percurso analítico para novos estudos e reflexões no sentido de indagar e de buscar interpretar a base epistêmica e os pressupostos teóricos, conceituais e metodológicos das referências bibliográficas predominantes nas pesquisas sobre políticas para Educação Infantil. As indagações sobre as possíveis hipóteses epistemológicas de autores/as e textos mais citados podem nos orientar nesse percurso analítico.

preciso compreendermos que a política é um campo de conhecimento que, ao mesmo tempo, “põe o governo em ação” e busca analisar essa ação (que é uma variável independente), sobretudo em contexto de governos democráticos. Além disso, quando necessário, a política propõe mudanças no curso da ação (como uma variável dependente) em busca de produzir determinados resultados. A elaboração de uma determinada política “[...] constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real” (SOUZA, 2006, p. 26).

O embate teórico já presente entre os fundadores da política como área de conhecimento mostra que ninguém sozinho tem respostas para os dilemas das pesquisas em torno das políticas de Estado e/ou das ações políticas dos governos. Há certo consenso de que são quatro os grandes fundadores da área: Harold Dwight Laswell, Herbert Simon, Charles Lindblom e David Easton. Laswell (1958) já esboçara o conceito de análise de política (*policy analysis*) à procura de conciliar ação dos governos e conhecimento científico/acadêmico por meio do diálogo entre grupos de interesse, cientistas sociais e governo. Simon (1957), por sua vez, formula o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos (*policy makers*) e mostra que o conhecimento científico pode ajudar a minimizar essa falta de racionalidade agravada por informação incompleta e/ou imperfeita, urgência para a tomada de decisões, auto-interesse etc. Simon argumenta e defende ainda que a criação de regras e incentivos estruturados pode enquadrar e/ou modelar o comportamento dos atores na direção dos resultados desejados (SOUZA, 2006).

A perspectiva racionalista e racionalizada das pesquisas foi questionada por Lindblom (1959, 1979) em função da existência de diferentes variáveis que afetam a elaboração e a análise das ações em políticas públicas. Dentre essas variáveis, estão as relações de poder, as eleições, as burocracias, os partidos políticos e os grupos de interesse. Isso tudo acentua a dificuldade de integrar as fases do processo decisório articulando-as a determinados fins e/ou princípios. Pensando sobre tais questões e sobre possíveis graus de racionalidade das políticas, Easton (1965) define a política como um sistema que busca articular formulação, resultados e ambiente. Assim, as políticas públicas “[...] recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos” (SOUZA, 2006, p. 24).

A política seria então fruto de escolhas racionais ou seria uma resposta a demandas aleatórias formuladas por diferentes grupos sociais? Não há uma única resposta para essa questão. Não há como indicarmos uma única e melhor definição conceitual. A política poderia ser, de um lado, um campo de estudo dentro da ciência política que analisa o governo a partir de demandas públicas; de outro lado, um conjunto de ações do governo destinadas a produzir efeitos específicos que influenciam a vida dos cidadãos. No entanto, “[...] a definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p. 24). Seja qual for a opção teórica e conceitual, não é possível desconhecer, nesse debate, que há, no encaminhamento das ações políticas, conflitos e limites, mas também há cooperação e participação.

Em síntese, a política, por sua natureza diversa e complexa, é um território de várias teorias, diversas disciplinas e diferentes modelos analíticos mobilizados em campos acadêmicos, tais como: ciência política, direito, economia, sociologia, antropologia, geografia, história, filosofia, demografia etc. O caráter holístico da política pública como campo de ação e de pesquisa não significa, entretanto,

[...] que ela careça de coerência teórica e metodológica, mas sim que ela comporta **vários olhares**. Por último, políticas públicas, após desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas.

Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação. (SOUZA, 2006, p. 26, grifo nosso).

No caso das políticas educacionais, por ser a educação um campo de natureza multidisciplinar, sua compreensão depende também de vários olhares e de várias perspectivas teóricas e metodológicas. A esse respeito, Santos e Azevedo (2009) analisaram como a temática das políticas educacionais aparecem nas pesquisas desenvolvidas no âmbito dos Programas de Pós-Graduação em Educação. Como o tema/problema aparece e como ele se consolida como objeto de investigação? Essa foi a pergunta central que as autoras procuraram responder a partir da dupla face da problemática. De um lado, a política educacional como enfrentamento cotidiano da realidade social concreta das escolas, dos profissionais e dos sistemas. De outro, as políticas públicas entendidas como ação do Estado.

As pesquisas na área evidenciam ou não a articulação entre as lutas políticas – *politics* – e a análise dos programas de ação – *policy*. Quando a análise fica secundarizada em relação às lutas políticas, as duas dimensões da problemática se fragilizam. Isso ocorre porque relações de forças e relações de poder marcam os campos da ação e da pesquisa provocando certa confusão entre a luta política e a investigação das políticas. Quando escolhemos, selecionamos, ordenamos, priorizamos e agimos fazemos isso a partir de posições políticas explícita ou implicitamente assumidas, quer queiramos ou não, quer neguemos ou não. Nas pesquisas acadêmicas desenvolvidas em universidades públicas, por exemplo, mantidas por meio da ação de financiamento por parte do Estado, existem condicionantes vindos de concepções, programas e projetos. Nesse caso, os pesquisadores têm a tarefa de pesquisar a “política educacional” como objeto de investigação que depende daqueles que concebem, financiam e patrocinam muitos projetos de pesquisa. Isso acentua os conflitos e os dilemas do campo (SANTOS; AZEVEDO, 2009).

Os estudos de Souza (2006) e de Santos e Azevedo (2009), dentre outros, ajudam-nos a formular um conjunto de indagações que poderão orientar o estudo, a leitura e a análise da produção acadêmica sobre as políticas públicas para a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Quais são os modelos analíticos e os pressupostos teóricos que predominam nas pesquisas sobre políticas para a Educação Infantil? As pesquisas sobre políticas para crianças, infâncias e Educação Infantil focalizam a recepção de tais políticas no cotidiano das instituições e dos sistemas ou buscam analisar as ações do Estado e/ou dos governos em diferentes instâncias da federação? Quais são os grupos de interesse envolvidos – professores, militantes, gestores, pesquisadores, escolas, organizações, secretarias, universidades, centros de formação, sindicatos, associações etc. – na formulação, no monitoramento e na avaliação dos resultados das políticas desenvolvidas na área? Qual a relação entre os princípios jurídicos, as normas legais e a efetivação ou não implementação das políticas? Que tipo de encontros, seminários, congressos, eventos, colóquios etc. os pesquisadores e os militantes da área promovem no sentido de compartilhar concepções e resultados de pesquisas?

Considerando as várias definições de política e as diferentes abordagens analíticas das políticas, entendemos que a política, a política pública e a política educacional se configuram a partir de complexas relações que se constroem entre as ações ou mesmo a ausência de ações do poder público e as demandas sociais. Nessa perspectiva, Souza (2016, p. 9) assume “[...] como objeto do campo de pesquisa em políticas educacionais a relação entre demanda social por educação e o posicionamento do Estado diante desta demanda”. No presente trabalho, é fundamental ainda dialogar com o conceito de política assumido por Stephen Ball: “[...] política é texto e ação, palavras e atos, é o que é decretado, bem como o que se pretende” (BALL, 1994, p. 10). Assim, entendemos e apropriamo-nos do conceito de política como documentos concebidos e propostos, mas também como processos e resultados (BALL, 1994). À luz do conceito Ballniano, entendemos que as políticas estão susceptíveis a interpretações diversas pelos atores envolvidos no

complexo processo em que as políticas são traduzidas. Tal concepção entende que no contexto da prática, contexto em que a política está susceptível de interpretação e recriação, podemos encontrar resultados e efeitos diferentes em alguma medida dos textos (documentos). Ball problematiza a concepção de que as políticas são “implementadas” e chama atenção para a importância do contexto em que as políticas são traduzidas. Ball, Maguire e Braun (2016) apontam:

As políticas raramente dizem-lhe exatamente o que fazer, elas raramente ditam ou determinam a prática, mas algumas mais do que outras estreitam a gama de respostas criativas. Isso é em parte porque os textos de políticas são tipicamente escritos em relação à melhor de todas as escolas possíveis, escolas que só existem na imaginação febril de políticos... Esses textos não podem simplesmente ser implementados! Eles têm de ser traduzidos a partir do texto para a ação – colocados ‘em’ prática – em relação à história e ao contexto, com recursos disponíveis. (BALL; MAGUIRE; BRAUN, 2016, p. 14).

Tendo em vista esse debate em torno dos conceitos de política e de política educacional, trabalhamos com o EEPE empregado na análise da metapesquisa, como um esquema analítico para estudo e discussão de relatórios de pesquisa das políticas voltadas à Educação Infantil. Nosso objetivo foi inquirir a produção já catalogada em base de dados, nomeada de memória bibliográfica, para identificar procedimentos e perspectivas epistemológicas adotadas bem como os posicionamentos e os respectivos enfoques epistemológicos no campo definido para o estudo. Neste artigo, limitamo-nos inicialmente à análise dos/as autores/as e dos textos mais citados em dissertações, teses, trabalhos da ANPEd e artigos de revistas que versam sobre políticas para infância, criança e Educação Infantil.

Entendemos que a utilização do EEPE se configura como uma forma de mapear o que e como tem sido realizadas as pesquisas sobre políticas públicas para a Educação Infantil, assim como aferir os fundamentos dessa produção acadêmica, o que pode ser evidenciado em Tello e Mainardes (2015). A utilização do EEPE permite situar em que medida o campo está sendo desenvolvido e, a partir daí, tem potencial para contribuir para alargar as possibilidades de avanço do conhecimento nas pesquisas sobre políticas públicas para a Educação Infantil. Tal avanço se torna possível na medida em que o emprego do EEPE contribui para a manutenção da vigilância epistemológica, quando amplia o diálogo interno de considerações e críticas sobre a produção do conhecimento na respectiva área.

Base de dados, memória bibliográfica e análise epistemológica

Tendo em vista a metodologia proposta pelo EEPE, conforme indagações dirigidas à produção acadêmica analisada (TELLO; MAINARDES, 2015), buscamos compreender as pesquisas sobre políticas para a Educação Infantil no que se refere à perspectiva epistemológica, posicionamento epistemológico e enfoque epistemológico. Por meio das palavras-chave “criança”, “infância” e “Educação Infantil” foram buscados e arquivados artigos científicos, dissertações, teses e trabalhos completos da ANPEd disponíveis *online*. Todas as referências bibliográficas dessa produção científica constituíram a base de dados da pesquisa. Para este artigo, foram identificados/as autores/as e textos da lista geral de todas as referências que abordam as políticas para a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica e que foram os mais citados pelos/as pesquisadores/as. Esses/as autores/as e textos foram considerados os pressupostos das pesquisas sobre políticas públicas para a Educação Infantil. Na Tabela 1, apresentamos a composição geral das referências catalogadas, sendo 1.697 trabalhos selecionados e arquivados, totalizando 48.108 referências citadas. Desse conjunto total de referências catalogadas, selecionamos todos os textos que abordam as políticas para infância, criança e Educação Infantil, somando um total de 2.887 referências.

Tabela 1 - Síntese quantitativa das pesquisas sobre criança, infância e Educação Infantil

	Total de trabalhos consultados para a composição da memória bibliográfica	Percentual %	Total de referências que constitui a base de dados da memória bibliográfica do campo	Percentual %
Dissertações	984	57,98 %	10.497	28,81 %
Teses	251	14,79 %	25.682	53,38 %
Trabalhos apresentados na ANPED	239	14,08 %	4.711	9,79 %
Artigos publicados em revistas <i>Qualis</i> A1	223	13,14 %	7.618	15,83 %
	1.697	100,00%	48.108	100,00%

Fonte: Elaborada pelos autores conforme a Base de Dados, 2020.

As pesquisas sobre pesquisas, conforme Mainardes (2018, 2021), possibilitam a compreensão de confrontos, disputas, recomposições e consensos de cada campo em estudo. Nesse sentido, a realização de inventários da produção científica é relevante e evidencia tendências hegemônicas e temáticas que despontam nas pesquisas. A indicação das opções preteridas e dos caminhos escolhidos permite-nos, dentre outras coisas, a análise das pesquisas hegemônicas e dos temas emergentes. A partir da base de dados e da memória bibliográfica produzida (Base de dados, 2020) identificamos 139 dissertações, teses, trabalhos da ANPED e artigos sobre política para infância, criança e Educação Infantil, sendo 92 dissertações, 12 teses, 17 trabalhos completos apresentados da ANPED e 18 artigos em revistas *Qualis* A1, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Trabalhos sobre políticas para Educação Infantil na base de dados

Estudos sobre política para Educação Infantil	Totais	Palavras-chave
Dissertações	92	370
Teses	12	53
Trabalhos da ANPED	17	57
Artigos em <i>Qualis</i> A1	18	64
	139	544

Fonte: Elaborada pelos autores conforme a Base de Dados, 2020.

Em 92 dissertações catalogadas sobre políticas para a Educação Infantil, encontramos 370 palavras-chave. Em 12 teses sobre políticas para Educação Infantil, tivemos 59 palavras-chave. Em 17 trabalhos da ANPED que abordam as políticas para Educação Infantil, tivemos 47 palavras-chave. Em 18 artigos, tivemos 62 palavras-chave. O quantitativo de 544 palavras-chave e o percentual correspondente é apresentado na Tabela 3.

Tabela 3 - Quantidade de palavras-chave nos trabalhos sobre políticas para Educação Infantil

Palavras-chave	Total	%
Política e políticas públicas educacionais.	119	22%
Educação e Educação Infantil.	108	20%
Infância e criança.	45	8%
Cultura, trabalho, direito e democracia.	27	5%
Escola, creche, ensino, alfabetização, currículo e BNCC.	27	5%
Formação de professores.	21	4%

Ação, assistência, atendimento, programas e avaliação.	21	4%
Educação Especial e Inclusiva.	16	3%
Municípios: Belo Horizonte, Campinas, Canoas, Maringá, Niterói, Piracicaba, São Paulo e Sarandi.	10	2%
Entidades: Federação das Entidades Assistenciais de Campinas; Febem; Febem/SP; Fundação Abrinq; instituições comunitárias; Internacionais: Banco Mundial, Unesco e Unicef.	10	2%
Leis Nacionais; EC 59, Lei Nº 10.639/2003; Plano Nacional de Educação; Planos Municipais de Educação; Sistema Nacional de Educação.	10	2%
Cada palavra abaixo apareceu uma ou duas vezes no conjunto das palavras-chave		
Ação política de sujeitos: luta contínua; ocupações urbanas; participação das crianças; arte de governar; articulação; biopolítica; desenvolvimento; devir; efetividade; emancipação; interação.	130	23%
Ação política de instituições: programas; projetos; regulamentação; regulação; judiciário; executivo; judicialização; Partido dos Trabalhadores.		
Políticas localizadas: regionalização; metropolização; parcerias; organismos internacionais; integração.		
Movimento negro: relações étnico-raciais; promoção da igualdade racial; questão racial.		
Temas sociais: ECA; tragédia; violência; abuso sexual; privação de liberdade; prevenção; medida socioeducativa.		
Temas contemporâneos: consumo; revista para crianças; publicidade infantil; representação social; história; imprensa; identidade; memória; higienismo.		
Temas curriculares: natureza; musicalização; ensino de música; filosofia; ludicidade; materiais estruturados.		
Escolas: obrigatoriedade; qualidade; Provinha Brasil; pré-escola; jardim; práticas pedagógicas; gestão.		
Formação: proposta de curso; profissionais; pós-graduação <i>lato sensu</i> .		
Pesquisas: estudo de caso; ética; evidência internacional.		
Autores/as que aparecem em palavras-chave: Arendt, Lipman e Lourenço Filho.		
Total de palavras-chave nos trabalhos sobre política para Educação Infantil	544	100

Fonte: Elaborada pelos autores conforme a Base de Dados, 2020.⁴

Merece destaque, na Tabela 3, as pesquisas específicas sobre as políticas municipais em Belo Horizonte, Campinas, Canoas, Maringá, Niterói, Piracicaba, São Paulo e Sarandi, já que, na legislação brasileira, é responsabilidade dos municípios a oferta da Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Além disso, salientamos a diversidade de palavras-chave adotadas para nomear as pesquisas sobre políticas para a Educação Infantil, o que indica a pluralidade desse campo de pesquisa. No total das 544 palavras-chave, 119 contém o termo “política”, palavra predominante e mencionada de diferentes maneiras: política; políticas; política pública; política educacional; políticas educacionais; política pública de educação; política pública educacional; políticas públicas em rede; políticas públicas para a Educação Infantil; políticas públicas para infância; política pública de inclusão; políticas públicas educacionais inclusivas; políticas municipais de educação; políticas culturais; políticas sociais; políticas de proteção; políticas neoliberais;

⁴ As siglas, na Tabela 3, correspondem, respectivamente, a: BNCC – Base Nacional Comum Curricular; Febem – Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor; Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente; Febem/SP – Fundação Estadual para o Bem-Estar do Menor de São Paulo; Abrinq – Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos; Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura; Unicef – Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas; EC – Emenda Constitucional; ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.

políticas de currículo; e políticas curriculares. Além disso, as pesquisas foram nomeadas com as expressões: política nacional, política internacional, políticas de leitura, política descontínua e políticas de subjetivação.

A Tabela 4, apresentada a seguir, mostra os/as autores/as e os textos mais citados em todas as referências que abordam política, política pública e política educacional para a criança, a infância e para a educação da primeira infância em toda a base de dados. Há autores/as e textos que analisam a relação entre políticas, educação e infância em geral. Há autores/as que discutem e focalizam as políticas para o atendimento educacional às crianças. Finalmente, há autores/as e textos que abordam políticas públicas para a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Os/as autores/as estão citados/as em ordem cronológica e não pela quantidade de vezes em que aparecem na base de dados. Fizemos um exercício inicial de situar o campo de atuação e de formação dos/as autores/as e o campo epistemológico em que se situam. No conjunto de todas as referências catalogadas, conforme mostramos na Tabela 1, selecionamos os/as autores/as e os textos mais citados entre as 2.887 referências que abordam as políticas para a infância, a criança e a Educação Infantil, conforme apresentamos nas Tabelas 4, 5 e 6 em ordem cronológica.

Tabela 4 - Autores/as e textos que contribuem para as pesquisas sobre a relação entre política e infância

Autores/as	Citações	Títulos dos textos
Barroso (2005)	29	<i>O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas</i>
Mainardes (2006)	25	<i>Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise</i>
Shiroma, Evangelista e Moraes (2006)	27	<i>Política educacional</i>
Rizzini (2011)	173	<i>O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância</i>
Castro e França (2012)	20	<i>Política educacional: contextos e perspectivas</i>

Fonte: Elaborada pelos autores conforme a Base de Dados, 2020.

Em que medida esses/as autores/as e seus respectivos textos marcam epistemologicamente o campo das pesquisas sobre políticas para a Educação Infantil? O conhecimento dos/as autores/as e a leitura de seus textos podem nos ajudar a responder. Barroso (2005) atua no campo das políticas de educação, formação, política e administração educacional. No texto em questão, o autor desenvolve estudos em torno de hipóteses epistemológicas que analisa processos de regulação e de intervenção do Estado na educação. Mainardes (2006) é graduado em Pedagogia e atua no campo das epistemologias da política educacional, políticas para o Ensino Fundamental e Ética em Pesquisa. No texto em questão, o autor desenvolve estudos em torno de hipóteses epistemológicas que analisam criticamente programas e políticas educacionais desde a sua formulação até a sua implementação no contexto da prática. Shiroma, Evangelista e Moraes (2006) são graduadas em Terapia Ocupacional, Filosofia e Filosofia respectivamente e atuam nos campos da política educacional, trabalho, educação, redes de políticas públicas, formação docente, política de educação, abordando questões de teoria e método na pesquisa em Educação, produção de conhecimento, formação de pesquisadores. No texto em questão, as autoras desenvolvem estudos em torno de hipóteses epistemológicas que analisam criticamente documentos nacionais e internacionais, do Banco Mundial, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), da Unesco, da Oficina Regional de Educación para América Latina y el Caribe (Orealc); papel do pesquisador/a: intelectual que busca formar um consenso. Rizzini (2011) é graduada em Psicologia e atua no campo das políticas para a infância, as crianças e os adolescentes que vivem na rua. No texto em questão, a autora desenvolve estudos em torno de hipóteses epistemológicas que analisam historicamente as políticas para a infância. Castro e França (2012) são graduadas em Pedagogia e atuam no campo das políticas de formação de professores, políticas de Educação a Distância e de Educação Superior; política educacional, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), valorização do magistério e Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024). No texto em questão, as autoras desenvolvem estudos em torno de hipóteses epistemológicas que sistematizam o conhecimento na área e analisam as políticas de Estado e a gestão das ações políticas educacionais.

Tabela 5 - Autores/as e textos que discutem as políticas para o atendimento às crianças

Autores/as	Citações	Títulos dos textos
Kramer (1995)	1166	<i>A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce</i>
Rosemberg (2002)	590	<i>Organizações multilaterais, estado e políticas de Educação Infantil</i>
Rossetti-Ferreira, Ramon e Silva (2002)	28	<i>Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento</i>
Faria (2005)	229	<i>Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia</i>
Corsino e Nunes (2010)	35	<i>Políticas universalistas e residualistas: os desafios da Educação Infantil</i>

Fonte: Elaborada pelos autores conforme a Base de Dados, 2020.

Aqui também é preciso indagarmos se esses/as autores/as e seus respectivos textos influenciam epistemologicamente esse campo de pesquisas. O conhecimento dos/as autores/as e a leitura de seus textos pode nos ajudar a responder. Kramer (1995) é graduada em Pedagogia e atua no campo da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental. Ela estuda temas como infância, formação de professores, políticas públicas, educação, alfabetização, estudos judaicos, leitura e escrita. No texto em questão, a autora desenvolve estudos em torno de hipóteses epistemológicas que analisam criticamente documentos oficiais e propostas para a educação pré-escolar no Brasil do século XX. Rosemberg (2002), como graduada em Psicologia, atuava no campo da Educação Infantil e estudava temas como relações raciais, relações de gênero, relações de idade e ação afirmativa. No texto em questão, a autora desenvolveu estudos em torno de hipóteses epistemológicas que analisavam criticamente as políticas para a Educação Infantil no contexto dos modelos propugnados pelas organizações multilaterais e da relação com os Estados da América Latina na proposição de políticas para a Educação Infantil. Rossetti-Ferreira, Ramon e Silva (2002) são graduadas em Filosofia, Psicologia e Psicologia, respectivamente, e atuam no campo dos estudos sobre apego e desenvolvimento de relações afetivas, inserção de bebês em creche, interação de bebês, promoção de qualidade na educação coletiva de crianças pequenas, acolhimento familiar, acolhimento institucional e adoção; relações sujeito-ambiente em contextos rurais, periurbanos e urbanos; espaço e relações intergeracionais; subjetividade, educação e infância nos territórios rurais e urbanos; Educação Infantil em áreas urbanas e rurais. No texto em questão, as autoras desenvolvem estudos em torno de hipóteses epistemológicas que analisam o caso da América Latina a partir de reflexão crítica sobre as políticas para a infância em países em desenvolvimento. Faria (2005) é graduada em Pedagogia e atua no campo da Educação Infantil em creches e pré-escolas. Ela estuda temas como Pedagogia da infância, relações de gênero, classe social, relações étnico-raciais. No texto em questão, a autora desenvolve estudos em torno de hipóteses epistemológicas que mostram as tentativas de articulação entre pesquisa, política e prática pedagógica para garantir o avanço e a inovação na área. Corsino e Nunes (2010) são graduadas em Pedagogia e Psicologia, respectivamente, e atuam no campo da Educação Infantil. As autoras investigam temas como políticas públicas, práticas pedagógicas e formação de professores, infância e linguagem, alfabetização, leitura, escrita, literatura infantil, alfabetização e currículo. No texto em questão, as pesquisadoras desenvolvem estudos em torno de hipóteses epistemológicas que apresentam e analisam modelos de políticas públicas desenvolvidas na Educação Infantil brasileira que elas chamam de políticas residualistas e políticas universalistas.

Tabela 6 - Autores/as e textos que contribuem para a discussão das políticas para a Educação Infantil

Autores/as	Citações	Títulos dos textos
Campos (1994)	620	<i>Educar e cuidar: políticas para formação do profissional da Educação Infantil</i>
Kishimoto (1999)	448	<i>Política e formação profissional para Educação Infantil: pedagogia e normal superior</i>
Barreto (2003)	33	<i>A Educação Infantil no contexto das políticas públicas</i>
Oliveira (2005)	10	<i>A legislação e as políticas nacionais para a Educação Infantil</i>
Freitas (2007)	27	<i>A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada</i>
Dourado (2009)	34	<i>Uma política de Estado para a carreira na Educação Básica</i>

Fonte: Elaborada pelos autores conforme a Base de Dados, 2020.

É possível dizermos que a perspectiva teórica e metodológica dos/as autores/as apresentados/as na Tabela 6 está presente nas pesquisas da área? De que forma essa presença se manifesta? O conhecimento dos/as autores/as e a leitura de seus textos pode nos ajudar a responder. Campos (1994) é graduada em Pedagogia e atua no campo da Educação Infantil e investiga temas como creche, qualidade da educação e política educacional. No texto em questão, a autora desenvolve estudos em torno de hipóteses epistemológicas que problematizam as demandas para o atendimento das crianças e para a formação do profissional da Educação Infantil. Kishimoto (1999) é graduada em Pedagogia e atua no campo da formação de professores, propostas pedagógicas, história, políticas públicas, museu, brincadeira, brinquedoteca e letramento. No texto em questão, a autora desenvolve estudos em torno de hipóteses epistemológicas que analisam as políticas de formação profissional para a Educação Infantil dos anos de 1990 nos cursos de Pedagogia e Normal Superior. Barreto (2003) é graduada em Psicologia e atua no campo dos estudos da infância, desenvolvimento infantil, Educação Infantil, políticas e programas de educação, magistério e formação docente. No texto em questão, a autora investiga hipóteses epistemológicas que analisam as políticas públicas e os programas para a Educação Infantil em âmbito Federal e defende a necessidade de implementação do princípio do regime de colaboração entre a União, os estados e os municípios. Oliveira (2005) é graduada em Psicologia e atua no campo da educação com ênfase em Educação Infantil. No texto em questão, a autora desenvolve estudos em torno de hipóteses epistemológicas que analisam a legislação e as políticas. A pesquisadora defende a participação dos diversos atores da sociedade envolvidos com a Educação Infantil na formulação das políticas. Freitas (2007) é graduada em Serviço Social e atua no campo da formação de professores, políticas de formação, diretrizes curriculares, licenciaturas, curso de Pedagogia e movimento dos educadores. No texto em questão, a autora desenvolve estudos em torno de hipóteses epistemológicas que examinam as políticas e os programas no campo da formação durante o governo Lula a partir da posição da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope). Dourado (2009) é graduado em Ciências Sociais e atua no campo das políticas educacionais, pesquisando temas como avaliação, gestão e regulação da Educação Básica e Educação Superior. No texto em questão, o autor desenvolve estudos em torno de hipóteses epistemológicas que analisam os limites e as possibilidades das Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração do Magistério da Educação Básica Pública, fixadas pela Resolução N° 2, de 28 de maio de 2009 (BRASIL, 2009).

Conclusões

Os/as autores/as e os textos mais citados, organizados neste artigo nos campos analíticos: 1) das políticas para a infância; 2) das políticas para o atendimento às crianças; e 3) das políticas para a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica brasileira, permitem

indagarmos sobre a base epistemológica predominante das pesquisas em políticas para a Educação Infantil; desse modo, eles nos provocam a investigar e a responder sobre: Quais pressupostos teóricos e metodológicos estão presentes nessa base epistêmica? Quais os conceitos de política e de pesquisa sobre política, política pública e política educacional são assumidos pelos/as autores/as e textos mais citados? Qual a relação entre as opções teóricas e metodológicas de autores/as e textos mais citados na base de dados da memória bibliográfica das pesquisas catalogadas e os recentes estudos já desenvolvidos ou que estão em desenvolvimento?

No campo das políticas para a infância Rizzini (2011), Barroso (2005), Shiroma, Evangelista e Moraes (2006), Mainardes (2006) e Castro e França (2012) analisam os processos de regulação e de intervenção do Estado na educação brasileira; sistematizam o conhecimento na área e discutem as interfaces entre as políticas de Estado e a gestão das ações políticas educacionais; analisam, ainda, de forma crítica e contextualizada, programas e políticas educacionais desde sua formulação até a sua implementação no contexto da prática; apresentam um panorama histórico das políticas para a infância; e discutem criticamente documentos nacionais e internacionais do Banco Mundial, da Cepal, da Unesco, da Orealc. Para esse campo de estudos, é mobilizada a noção de pesquisador/a e de intelectual que buscam formar e produzir consensos possíveis e viáveis. O estudo de Rizzini (2011), pesquisadora do Rio de Janeiro, mostra o quanto as políticas para a infância, no Brasil, durante o século XX, foram limitadas. Castro e França (2012), pesquisadoras do Rio Grande do Norte, analisam o contexto das políticas educacionais na segunda década do século XXI. Enquanto Barroso (2005) discute o conceito de regulação, Mainardes (2006) apresenta-nos o ciclo de políticas. Shiroma, Evangelista e Moraes (2006), por sua vez, fazem uma crítica contundente das reformas educacionais no Brasil e no mundo.

No campo das políticas para o atendimento às crianças, Kramer (1995), Rosemberg (2002), Rossetti-Ferreira, Ramon e Silva (2002), Faria (2005) e Corsino e Nunes (2010) problematizam modelos de políticas públicas desenvolvidas para o atendimento às crianças e mostram tentativas de articulação entre pesquisa, política, prática pedagógica e Pedagogia da Infância. Para isso, documentos oficiais e propostas para a educação pré-escolar são analisados criticamente no confronto com projetos oriundos de organizações multilaterais. O estudo de caso da América latina é feito a partir do exame das políticas para a infância em países em desenvolvimento. Assim como Rizzini (2011) mostra o século perdido pelas políticas para infância, Kramer (1994), também pesquisadora do Rio de Janeiro, mostra a arte do disfarce presente nas falsas políticas para o atendimento às crianças brasileiras em creches e pré-escolas. As pesquisadoras Rosemberg (2002), Rossetti-Ferreira, Ramon e Silva (2002) e Faria (2005), de São Paulo, analisam as políticas de atendimento às crianças da América Latina no contexto do crescimento do neoliberalismo no mundo. Corsino e Nunes (2010), também do Rio de Janeiro, problematizam a oferta de vagas na Educação Infantil, que oscila entre políticas universalistas e políticas residualistas.

No campo das políticas diretamente voltadas à Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica, Campos (1994), Kishimoto (1999), Barreto (2003), Oliveira (2005), Freitas (2007) e Dourado (2009) discutem políticas públicas e programas para a Educação Infantil em âmbito Federal e defendem a necessidade de implementação do princípio do regime de colaboração entre os entes federados. Os/as autores/as analisam a política de formação profissional para a Educação Infantil; defendem a participação dos diversos atores da sociedade envolvidos com a Educação Infantil na formulação das políticas e discutem a relação entre a legislação e as políticas. Nesse sentido, são apresentadas demandas para a formação dos/as profissionais a partir, por exemplo, dos limites e das possibilidades das Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração do Magistério da Educação Básica Pública, fixadas pela Resolução N° 2/2009. O exame das políticas e dos programas no campo da formação do governo Lula é feito em diálogo com as posições da Anfope. Campos (1994) e Kishimoto (1999), pesquisadoras de São Paulo, mostram

que, para efetivar o atendimento das crianças em instituições educacionais, é fundamental garantir condições para a formação inicial e continuada das professoras da Educação Infantil. Barreto (2003) e Oliveira (2005), de Brasília, discutem a importância da legislação e das normas jurídicas no sentido de assegurar a efetivação do direito das crianças à Educação Infantil. Freitas (2007), de São Paulo, e Dourado (2009), de Goiás, atualizam para o século XXI a importância permanente da valorização do magistério, do piso salarial profissional e da formação de qualidade para todos os professores brasileiros.

Em suas pesquisas sobre as pesquisas no campo da Educação Infantil, Rocha (1999, 2010) analisa e revela o desconhecimento das crianças concretas, de seus modos de viver a infância e dos contextos coletivos dos processos educativos nos quais elas estão inseridas. A autora indica que novas pesquisas devem ocorrer considerando a necessidade de manter “[...] uma vigilância crítica para combater o conhecimento da criança tomado pela perspectiva do isolamento do indivíduo e pelo estabelecimento de padrões de normalidade” (ROCHA, 2010, p. 161).

Essa vigilância tem sido feita buscando confrontar e ampliar diferentes perspectivas teóricas que analisam dimensões culturais, sociais e estruturais. Pesquisadores da Educação, da Antropologia, da Etnografia, da Filosofia, da Política, da Sociologia, da Economia, da Psicologia, das Artes, da Estética, da Comunicação e da Mídia, dentre outros, contribuem para identificar novas frentes de estudos e novas orientações metodológicas. O conhecimento que produzimos reflete sobre a prática educativa – que é abstrata e empírica – e produz um conjunto sistematizado de estudos que deve voltar-se a essas práticas a partir de determinadas situações oriundas de contextos específicos.

Perguntas específicas esperam respostas específicas. As pesquisas indicam, assim, que não é isolando fatores e aspectos da realidade educacional que podemos compreender o fenômeno educativo. A pesquisa educacional busca compreender “as sombras” que ela mesma vai criando (ROCHA, 2010). A aproximação, indicada neste artigo, entre memória bibliográfica, base de dados e epistemologia pretendeu discutir e interpretar parte das sombras que ainda marcam as pesquisas em políticas para a Educação Infantil a partir da identificação de textos e de autores/as mais citados/as na memória bibliográfica desse campo de estudos, indicando o que predomina entre os/as pesquisadores/as que, como sujeitos, podem articular em suas ações determinações objetivas e experiências produtivas e transformadoras.

Referências

- ALVES, K. K.; CÔCO, V. Reflexões teórico-metodológicas sobre a abordagem de políticas públicas na Educação Infantil. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 3, p. 1-18, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.3.002>
- BALL, S. J. **Education reform**. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BALL, S. Sociologia das políticas educacionais e pesquisa crítico-social: uma revisão pessoal das políticas educacionais e da pesquisa em política educacional. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 10-32, jul./dez. 2006.
- BALL, S. J.; MAGUIRE, M.; BRAUN, A. **Como as escolas fazem as políticas**: atuação em escolas secundárias. Tradução Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2016.
- BARRETO, A. M. R. F. A Educação Infantil no contexto das políticas públicas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 53-65, dez. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782003000300005>

BARROSO, J. O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 725-751, out. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302005000300002>

BRASIL. **Resolução N° 2, de 28 de maio de 2009**. Fixa as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública, em conformidade com o artigo 6° da Lei n° 11.738, de 16 de julho de 2008, e com base nos artigos 206 e 211 da Constituição Federal, nos artigos 8°, § 1°, e 67 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e no artigo 40 da Lei n° 11.494, de 20 de junho de 2007. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, [2009]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009.pdf. Acesso em: 10 jul. 2021.

CAMPOS, M. M. **Educar e cuidar**: por uma política de formação do profissional da Educação Infantil. Brasília: MEC, 1994.

CASTRO, A. M. D. A.; FRANÇA, M. (org.). **Política educacional**: contextos e perspectivas. Brasília: Liber Livro, 2012.

CORSINO, P.; NUNES, M. F. R. Políticas públicas universalistas e residualistas: os desafios da educação infantil. *In*: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 33., 2010, Caxambu. **Anais eletrônicos** [...]. Caxambu: ANPEd, 2010. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT07-6749--Int.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

DOURADO, L. F. Uma política de Estado para a carreira na educação básica. **Cadernos de Educação**, Brasília, v. 14, n. 21, p. 132-144, out. 2009.

EASTON, D. A. **Framework for political analysis**. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

FARIA, A. L. G. Políticas de regulação, pesquisa e pedagogia na Educação Infantil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 92, p. 1013-1038, out. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302005000300014>

FLACH, S. F. O pensamento de Antonio Gramsci e as pesquisas sobre políticas educacionais. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 5, e2015219, p. 1-18, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.5.15219.009>

FREITAS, H. C. L. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1203-1230, out. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302007000300026>

KISHIMOTO, T. M. Política de formação profissional para a Educação Infantil: pedagogia e normal superior. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 61-79, dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73301999000300004>

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil**: a arte do disfarce. São Paulo: Cortez, 1995.

LASWELL, H. D. **Politics**: Who gets what, when, how. Cleveland: Meridian Books, 1958.

LINDBLOM, C. E. The science of muddling through. **Public Administration Review**, [s. l.], v. 19, p. 78-88, 1959. DOI: <https://doi.org/10.1016/b978-0-08-017066-4.50015-1>

LINDBLOM, C. E. Stil muddling not yet through. **Public Administration Review**, [s. l.], v. 39, n. 6, p. 517-526, 1979. DOI: <https://doi.org/10.2307/976178>

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0101-73302006000100003>

MAINARDES, J. Metapesquisa no campo da política educacional. **Educar em Revista**. Curitiba, v. 34, n. 72, p. 303-319, nov./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.59762>

MAINARDES, J. A metapesquisa no campo da Política Educacional: aspectos teórico-conceituais e metodológicos. *In*: MAINARDES, J. (org.). **Metapesquisa no campo da Política Educacional**. Curitiba: CRV, 2021. p. 19-43.

OLIVEIRA, S. M. L. A legislação e as políticas para a Educação Infantil. *In*: MACHADO, M. L. A. (org.). **Encontros e desencontros em Educação Infantil**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 35-42.

RIZZINI, I. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, E. A. C. **A pesquisa em Educação Infantil no Brasil: trajetória recente e perspectiva de consolidação de uma pedagogia**. Florianópolis: UFSC, 1999.

ROCHA, E. A. C. 30 anos da Educação Infantil na ANPED. *In*: SOUZA, G. (org.). **Educar na infância**. São Paulo: Contexto, 2010. p. 157-170.

ROSA, G. L. R. O marxismo como perspectiva epistemológica: considerações sobre o trabalho com as categorias metodológicas. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 5, e2016222, p. 1-14. 2020. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.5.16222.013>

ROSEMBERG, F. Organizações multilaterais, estado e políticas de Educação Infantil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 25-63, mar. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742002000100002>

ROSSETTI-FERREIRA, M. C.; RAMON, F.; SILVA, A. P. S. Políticas de atendimento à criança pequena nos países em desenvolvimento. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 65-100, mar. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742002000100003>

SANTOS, A. L. F.; AZEVEDO, J. M. N. L. A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 42, p. 534-605, set./dez. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1413-24782009000300010>

SHIROMA, O. E.; EVANGELISTA, O.; MORAES, M. C. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

SIMON, H. **Comportamento Administrativo**. Rio de Janeiro: USAIS, 1957.

SOUZA, A. R. A política educacional e seus objetos de estudo. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 1, n. 1, p. 75-89, 2016.

SOUZA, C. Políticas Públicas: revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1517-45222006000200003>

STREMEL, S. Aspectos teórico-metodológicos para a análise da constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil. **Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, Ponta Grossa, v. 2, p. 1-14, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5212/retepe.v.2.001>.

TELLO, C. Las epistemologías de la política educativa: vigilancia y posicionamiento epistemológico del investigador en política educativa. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 53-68, jan./jun. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.5212/PraxEduc.v.7i1.0003>

TELLO, C.; MAINARDES, J. Revisitando o enfoque das epistemologias da política educacional. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 10, n. 1, p. 153-178, jan./jun. 2015. DOI: <https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.10i1.0007>

Recebido em 08/06/2021

Versão corrigida recebida em 05/07/2021

Aceito em 07/07/2021

Publicado online em 19/07/2021